

EDUCAÇÃO SOCIAL NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA: profissionalização e condições de trabalho

Roberta de Castro Cunha

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Rosemary de Oliveira Almeida

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

EDUCAÇÃO SOCIAL NO CAMPO DA POLÍTICA PÚBLICA: profissionalização e condições de trabalho

Resumo: Este artigo analisa a profissionalização e as condições de trabalho do jovem educador social no âmbito da Coordenadoria-Funci, instituição governamental responsável pela proposição e implementação de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes da cidade de Fortaleza. O foco é a Educação Social realizada por jovens educadores que, em suas trajetórias de vida, pertenceram, na condição de educandos, a instituições de assistência do poder público ou da sociedade civil organizada. A ideia foi buscar compreender as práticas e sentidos que os jovens educadores sociais constroem sobre seu trabalho. A pesquisa apontou que a Coordenadoria-Funci transfere a responsabilidade do sucesso de suas ações para os educadores sociais, assim como que as concepções do trabalho social, que partem dos próprios jovens educadores, corroboram com a não valorização profissional.

Palavras-chave: Educador social, trabalho, políticas públicas.

SOCIAL EDUCATION IN THE FIELD OF PUBLIC POLICY: professional and working conditions

Abstract: This article examines the professional and working conditions of young social educator in the Coordenadoria-Funci, government institution responsible for proposing and implementing public policy on children and adolescents in Fortaleza. The focus is on social education by young educators, who, in their life trajectories and, as students, belonged to assistance institutions of public authority or civil society organizations. The idea was to try to understand the practices and meanings that young social educators build on their work. The survey showed that the Coordenadoria –Funci transfers the responsibility of the success of its actions for social educators, as well as the Social work conceptions, that come from the very young educators, do not corroborate the professional development.

Key words: Social educator, work, public policies.

Recebido em: 21.06.2012. Aprovado em: 22.10.2012.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é analisar o fazer profissional, a profissionalização e as condições de trabalho do jovem educador social no âmbito da Coordenadoria-Funci – instituição governamental do poder público municipal da cidade de Fortaleza, responsável pela proposição e implementação de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. A análise foca o trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Social por jovens educadores que, em suas trajetórias de vida, pertenceram, na condição de educandos, a instituições de assistência do poder público ou da sociedade civil organizada. O locus de realização do estudo são os Programas Crescer com Arte e Cidadania e o Ponte de Encontro, da Coordenadoria-Funci¹, que possui, em seu quadro de funcionários, este perfil de educador.

Educação Social é compreendida, neste trabalho, como

Um conjunto fundamentado e sistematizado de práticas educativas [...], orientadas para o desenvolvimento adequado e competente dos indivíduos, assim como para dar respostas a seus problemas e necessidades sociais. (PÉREZ, 1999 apud GOHN, 2010, p. 26).

A opção de envolver profissionais que já foram atendidos em projetos sociais decorre da busca de compreender de que forma eles constroem práticas e sentidos sobre seu trabalho, desenvolvido na Coordenadoria-Funci, na medida em que vivenciaram experiências específicas da condição de educandos. A ideia é compreender como esses sujeitos percebem as suas contratações no quadro de profissionais da referida instituição e, também, como a Coordenadoria constrói percepções e estratégias frente à absorção desses educadores sociais. Com efeito, problematiza-se sobre o fazer profissional no âmbito das políticas públicas, a profissionalização e as condições de trabalho, bem como os limites e potencialidades da prática educativa desenvolvida pelos jovens educadores sociais e as possíveis problemáticas desse processo.

Em razão destes objetivos, foi realizada uma pesquisa exploratória junto aos programas da Coordenadoria-Funci, no sentido de identificar o quantitativo geral de profissionais que estavam no perfil da pesquisa. Esta metodologia revelou os Programas Crescer com Arte e Cidadania e Ponte de Encontro como os dois programas com maior número de educadores sociais e/ou arte-educadores na faixa etária de 18 a 29 anos de idade e que já foram atendidos em projetos sociais.

Finalizada a pesquisa exploratória, foi iniciada uma mobilização junto a todos os educadores sociais que estavam no perfil da pesquisa, para

a concretização das entrevistas e demais ações necessárias para a efetivação dos objetivos do trabalho. Dos 19 (dezenove) educadores mobilizados, compareceram para as entrevistas 12 (doze), sendo 9 (nove) vinculados ao Programa Crescer com Arte e Cidadania e 3 (três) vinculados ao Programa Ponte de Encontro.

Os jovens educadores sociais envolvidos na pesquisa responderam um questionário de identificação, contendo questões relativas ao local de trabalho, idade, sexo, cargo, escolaridade, atividades, habilidades etc., assim como responderam um roteiro de entrevista semi-estruturado, contendo questões relacionadas ao sentido da educação social em suas vidas, perfil do educador social, percepção sobre o processo de contratação na Coordenadoria-Funci, regulamentação da profissão, entre outras. Além dos jovens educadores sociais, foram entrevistados 3 (três) gestores² da Coordenadoria-Funci.

Os instrumentos de pesquisa aplicados auxiliaram discussões sobre imagens e representações acerca do trabalho social realizado pelo educador social no perfil escolhido, apresentando as relações dessas construções sócio-históricas com as reconfigurações do trabalho social, no âmbito da referida instituição.

A abordagem da temática do trabalho foi escolhida em razão dos depoimentos dos jovens educadores sociais que, não raras vezes, ressaltavam questões relativas ao trabalho e as suas condições, além de se considerar que tais fatos estão relacionados à composição de sentidos sobre a Educação Social e suas práticas profissionais.

2 IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DO TRABALHO SOCIAL

A discussão sobre a categoria trabalho nunca perdeu a sua importância no meio acadêmico; ao contrário, é fundamental para a compreensão dos diversos fenômenos sociais, políticos e econômicos e a sua relação com a atualidade.

Em concordância com Martins (2010, p. 41), citando o pensamento de Marx e Engels (1984), considera-se que

O processo histórico que se desdobrou ao longo dos tempos e que fez a humanidade ser como é nos dias atuais traz a marca indelével do trabalho. Foi por meio dele que o homem se impôs sobre a natureza, transformando-a segundo suas necessidades e intencionalidades, tendo como decorrência, ao transformar a natureza, a sua própria transformação.

Ao refletir acerca da categoria trabalho e suas características, é relevante mencionar as contradições existentes nas construções sócio-históricas do capitalismo no mundo ocidental.

(ARAÚJO, 1997). São importantes para a compreensão de um tipo específico de trabalho denominado social, que surge como consequência de tais contradições. É importante compreender as configurações objetivas do valor do trabalho, base para o desenvolvimento do capitalismo moderno, cujas consequências para amplos contingentes de população, foram a sua exploração e expulsão ou mesmo a não absorção nos postos de trabalho. Com efeito, o trabalho social se ergue historicamente como um fenômeno resultante, em certa medida, das diferentes relações de exploração e escravização, das quais o trabalho humano faz parte. É mesclado, porém, por estas características objetivas e pelas subjetivas, como uma ação social, permeada de contradições, que ora denota mais valor social, um contributo para a cidadania e a justiça, ora mais desvalor, na medida em que realiza ações voltadas para indigentes, geralmente denominados de vadios.

Na formação do Brasil imperial, por exemplo, as contradições objetivas que envolveram o trabalho desde suas origens, podem ser vistas sem rodeios ou eufemismos, afinal, quem desfrutava do berço da preguiça, gozando de um ócio, graças à exploração, era exatamente o mais rude nas penalizações dos chamados “vadios” ou “vagabundos”. Formava-se, assim, um crescente contingente da população brasileira, objeto de exploração ou de caridade que, segundo Araújo, (1997, p. 150), “vivía à margem da grande produção (monocultura ou mineradora), a única que, no fundo, interessava à Coroa”. Acrescenta o autor,

Era toda uma população desajustada e sem inserção produtiva – negros forros e brancos pobres – que assombrava a vida dos que pagavam impostos e frequentavam a igreja. (ARAÚJO, 1997, p. 160).

Como alocar e controlar essa população-objeto?

Guardando as particularidades históricas, esta realidade nos remete ao pensamento de Marx (1984), quando aborda sobre a expropriação dos camponeses – no texto ‘A chamada acumulação primitiva’ –, um processo que se utilizou da violência e gerou muita oferta de terra e força de trabalho. Desse modo, acabou gerando uma massa de pessoas sem meios de produção e sem espaço de inserção, ocasionando a “vadiagem”, que era punida através de leis arbitrárias e sem qualquer observância aos direitos humanos.

No Brasil havia um parasitismo regulamentado, bastava a pessoa pagar os seus impostos e esta seria considerada honesta, distinta e até nobre. (ARAÚJO, 1997). Quanto ao “desclassificado”, que pesava à coletividade, este deveria ser reprimido e controlado, pois escapava “às normas de convivência, de sobrevivência e de conveniência

minimamente aceitáveis por uma sociedade que só admitia o parasitismo que fosse considerado honesto”. (ARAÚJO, 1997, p. 174).

Frente à repressão e ao controle da população que estava à margem da produção – “os desclassificados” –, o Estado e a Igreja passaram a disseminar o espírito da caridade, capaz de assegurar a propriedade privada das pessoas de posse e, ainda, a salvação de suas almas. Nessa lógica, nascem as primeiras experiências de trabalho social, atreladas à Igreja católica, cujo trabalho de caridade, com as ressalvas da moral cristã, cresceu na mesma medida da construção e manutenção das estruturas da sociedade vigente.

Essas imagens, construídas à época da colonização do Brasil, ainda perpassam o imaginário da população brasileira na atualidade e produzem sentidos, sobretudo as imagens vinculadas ao trabalho social, ainda que remodeladas e com novas reconfigurações.

No imaginário dos jovens educadores sociais, em especial daqueles que já foram beneficiados por projetos sociais, ainda é muito presente a perspectiva do trabalho social atrelado ao voluntariado e às concepções de missão e vocação:

[...] eu estou aqui por uma causa, por uma missão e eu vou lutar por ela, até porque eu passei por essa causa, eu passei por todo esse processo. Eu não estou trabalhando só pelo dinheiro, estou por sensibilidade e para tentar amenizar ou mudar a história daquela criança ou adolescente. (Informação verbal)³.

[...] desenvolvo minha função de educadora social como uma missão, uma vocação. Eu luto pelos direitos das pessoas, de crianças e adolescentes. Nunca me imaginei trabalhando em uma loja, no comércio e também não me preocupo apenas com o dinheiro. (Informação verbal)⁴.

Estas concepções podem estar entranhadas em suas histórias de vida, como um entendimento de retribuição à “dádiva” recebida, conceito de Marcel Mauss (1974) amplamente disseminado nas ciências sociais. O autor estudou sociedades primitivas buscando compreender as trocas e favores estabelecidos não como mercantis, mas como objetos de uma obrigação de “dar, receber e retribuir”. Esta tríplice aliança alicerça-se em seu caráter voluntário e livre, mas sem escapar a dimensão da imposição de ser efetivamente exercida, já que o ato de dar é também uma forma do doador se impor e permanecer na aliança para uma possível retribuição. O costume das sociedades arcaicas ainda ecoa como uma força interessada, na medida em que alguns indivíduos se sentem

obrigados em presentear alguém como retribuição a um benefício recebido. Os educadores sociais, com efeito, revelaram sentidos sobre seu trabalho relacionados à dimensão social voluntária e, ao mesmo tempo, obrigatória de retribuir o benefício doando seus esforços por uma causa humanitária e também continuar recebendo na forma de salário e reconhecimento social.

Adádiva faz parte do imaginário do voluntariado e da missão, em virtude do qual as construções atreladas à caridade e à ajuda como premissas do trabalho social ainda são predominantes entre os jovens educadores sociais, sujeitos desta pesquisa. Na maioria dos depoimentos, estes jovens, ao mesmo tempo em que se policiavam para não utilizar termos como “ajuda”, “caridade”, caracterizavam suas ações como “amor ao próximo”, “solidariedade”, ou seja, premissas de valores morais religiosos e fundantes do espírito da caridade. Em suma, a maioria dos jovens educadores sociais configura as suas atuações no âmbito da Coordenadoria-Funci como uma missão vocacional-religiosa.

Essa percepção, contudo, não é a única. Salientando a importância de buscar

Construir um modo de observar os fenômenos sociais que tenha como foco a tensão entre a universalidade e a particularidade, entre o consenso e a diversidade, com vistas a produzir uma ferramenta útil para transformações da ordem social. (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 61).

Nesta análise, há diferentes concepções dos educadores, mostrando, por exemplo, a ruptura dessa perspectiva vocacional-religiosa, defendida com muita ênfase pela educadora J:

[...] temos que ter muito cuidado com esse lance de amor, senão estaremos disseminando o discurso do Governador⁵, de trabalhar por amor. Antes de tudo, o meu trabalho possui um valor, pois é através dele que eu “como”, que me visto e que posso me capacitar para melhorar a minha atuação e verdadeiramente ter condições de facilitar um processo de transformação. Não significa que eu não tenha amor pelo que faço, mas o profissionalismo é importante.

Esse relato surge com menor força entre os entrevistados, mas reflete o sentido técnico-profissional do trabalho social desenvolvido na Coordenadoria-Funci, relativo ao entendimento do valor trabalho e ao sentido sócio-crítico relacionado à ideia de transformação social. Estes aspectos diferem do anterior (vocacional-religioso), porque se caracteriza pela intenção de realizar um trabalho profissional remunerado e valorizado, que promova

direitos e justiça tanto para os trabalhadores da educação social quanto para crianças e adolescentes.

Outra identificação de sentido percebida no relato dos jovens educadores foi o aspecto militante-político, que não exclui o técnico-profissional. Embora eles não utilizem exatamente o termo “militância”, acabou ficando subentendido em algumas falas, como a que expressa: “agora eu sou remunerado, pelo que antes eu fazia de graça, por ideologia”. (Informação verbal)⁶. Nesse depoimento, o educador estava ratificando a fala da presidenta da Funci em um evento da instituição que, segundo o profissional, ela afirmou:

Gente, vocês são felizardos em trabalharem na Funci, porque estão recebendo dinheiro, pelo que antes vocês faziam de graça, militando nos partidos de esquerda. (Informação verbal)⁷.

É importante salientar que essa missão de militância-política aparece, sobretudo, nos depoimentos dos jovens educadores sociais oriundos de projetos da sociedade civil organizada. Embora, depois, já na condição de funcionário do poder público, ainda se identificam como representantes dos movimentos sociais, como salientado no depoimento: “antes de estar na Funci eu represento a periferia, a minha comunidade, a sociedade civil”. (Informação verbal)⁸.

Nenhum jovem educador, no âmbito desta análise, atendido pela própria Coordenadoria-Funci, expressou essa questão em suas falas. Considera-se que o fato está relacionado à inserção nas estruturas institucionais do poder público, aos espaços reais de participação oferecidos aos jovens e ao próprio lugar de reivindicação que os jovens oriundos das Organizações não-governamentais ocupavam anteriormente.

Essa realidade é permeada de contradições, pois antes assumiam uma posição de apenas reivindicar, segundo eles, sem conhecerem os trâmites burocráticos para a efetivação de uma ação, conforme o depoimento:

Quando eu estava no projeto eu só reivindicava, só queria a solução, hoje eu tenho que responder às reivindicações e vejo que as coisas não são fáceis. (Informação verbal)⁹.

Como expressa a educadora, na condição de participe da instituição, precisa dar respostas às mesmas reivindicações de outrora. Talvez, por isso, seja mais cômodo se considerar representante do movimento social do que do poder público, já que não possui as respostas concretas.

Voltando ao caráter missionário ou ao que se denominam estilos de educadores sociais, o

pensamento de P. Ayerbe (1995 apud ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003, p. 131) é conciso:

A fuga entre dois estilos de educadores, que iriam dos perfis da filantropia e da benevolência ou ao dos rebeldes ou contestatórios, pode ser evitada garantindo aspectos técnicos em suas competências.

No entanto, não seria uma excessiva tecnicização, nas palavras de Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 132) “excessivamente aplicador dos recursos e com atitudes abertamente desvinculadas do social”, mas “educadores transformadores da realidade social, sujeitos ativos e reflexivos”. (ROMANS; PETRUS; TRILLA, 2003, p. 133).

Na realidade dos jovens educadores sociais desse estudo, o perfil de educador social ativo e reflexivo, salientado acima, ainda está distante, uma vez que a maioria está inserida em situações de precariedade do trabalho, de dependência dos empregadores e envolta em percepções relacionadas à dívida, o que acaba evitando uma postura mais crítica no âmbito institucional. Com efeito, analisam-se, a seguir, questões relativas à política pública e suas imbricações com a educação social e suas problemáticas até aqui levantadas, além dos aspectos identificados nos depoimentos dos educadores sociais, relativos à profissionalização e condições de trabalho.

3 PROFISSIONALIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO ÂMBITO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

No campo da política pública de atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a Coordenadoria-Funci vem adotando a prática de contratar jovens que já foram atendidos em projetos sociais, sejam em projetos da própria instituição ou de organizações não-governamentais. Parte-se da hipótese de que esta prática tem duas dimensões: uma de orientação político-pedagógica e outra de cunho político-institucional. A primeira utiliza as experiências de vida e o trabalho de jovens educadores sociais que já foram educandos como meio de enriquecer o processo de aprendizagem das crianças e dos adolescentes atendidos, mediante a socialização destas experiências. A segunda dimensão revela o caráter da política pública que vem sendo utilizado no Brasil, como expressão e manutenção do poder legítimo do Estado, do caráter político-institucional de guardião das relações sociais de dominação.

O que isto significa? Que, diante das contradições e desigualdades sociais, das demandas e exigências da sociedade civil e da possibilidade de também o Estado interferir como ator social, este passa a optar por políticas públicas que,

tanto se associam às demandas e necessidades da população, para garantir a “governabilidade democrática”, como funcionam como estratégias para investir e dispor de recursos que voltam para o próprio Estado, sob a forma de capital político, promovendo o desenvolvimento da instituição e da dominação, como assevera Abad (2003). Tal governabilidade só ocorre com um mínimo de controle e consenso social, sendo, portanto, a política pública, uma forma de barganha do cidadão.

Dependendo da ação estatal, da flexibilidade ou não do Estado e de suas instituições legítimas, que tratam do controle social de conflitos e da forma de gerir as políticas, estaremos lidando com um vasto índice de controle e repressão ilimitado ou com um campo simbólico onde se verifica um jogo de forças, as disputas por autoridade e território, as negociações mais flexíveis. No campo simbólico, verifica-se, também, através das políticas, mais que expandir mudanças qualitativas na vida dos jovens, no que concerne ao seu aparecimento e a sua participação cidadã, uma efetivação da instituição estatal, em diferentes níveis, registrando o alvorecer de um tipo de “saber-poder” do Estado, através de seus atores e técnicos. Salienta Abad que:

Ainda que seja óbvio que tenham sido implementadas sob diversos enfoques e características institucionais, resulta lógico que o surgimento das mais importantes iniciativas das políticas sociais de juventude, com nome próprio, se relaciona, mais do que com os efeitos na vida dos jovens, com o florescimento e perfeição de uma máquina de domínio, uma institucionalidade pública especializada a nível supranacional, nacional e subnacional, o desenvolvimento de marcos normativos e legais, o incremento de ofertas programáticas, e a formalização de um saber-poder, encarnado em investigadores, consultores e acadêmicos. (ABAD, 2003, p. 21-22).

A Coordenadoria-Funci, como instituição responsável para planejar e executar políticas voltadas para crianças e adolescentes, é parte integrante desta forma de gerir as ações e políticas sociais, sob a ótica da flexibilidade e do campo simbólico assinalado por Abad. Significa que se estabelece sob o campo de forças entre a institucionalização do poder, da formalidade e de ações pragmáticas, e a flexibilidade de atendimento às demandas sociais de crianças e adolescentes da cidade de Fortaleza. Esta gestão tem refletido tais contradições em suas experiências na medida em que se verificam tentativas de minorar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, porém surtindo efeitos que menos modificam a vida destes jovens e mais bem se associam à chamada “máquina de domínio”.

Essa concepção da política pública evidenciou contradições importantes na análise do fenômeno da contratação de jovens educadores sociais no perfil analisado, que tem sido encarada de forma diferenciada, dependendo do lugar que ele ocupa. Ela pode ser caracterizada como reconhecimento das potencialidades juvenis para o trabalho social, como exploração do trabalho e reforço da instituição ou, ainda, como misto entre estas caracterizações.

A maioria dos educadores sociais caracteriza essa contratação como uma valorização da juventude por parte da instituição, como salienta o depoimento:

Eu acho bem bacana essa iniciativa. É uma forma de dar oportunidade aos jovens que já fizeram parte de projetos; emprego hoje está difícil, principalmente para os jovens. (Informação verbal)¹⁰.

Alguns educadores sociais percebem-na como um misto de valorização e exploração, não em relação à exploração da força de trabalho, mas, sobretudo, em prol do fortalecimento da imagem institucional, como trazem os depoimentos:

Querendo ou não é uma estratégia para a política, por que hoje as coisas não funcionam sem propaganda. Mas, além disso, acredito que existe sim uma valorização desse jovem. (Informação verbal).¹¹

É uma iniciativa positiva, pois houve a necessidade de contratação, existia o jovem capacitado, ele foi valorizado e foi bem visto para a imagem da instituição. (Informação verbal)¹².

Quanto aos gestores, existem mais variações de percepções acerca da contratação dos jovens educadores sociais. A supervisora de gestão considera que tal prática não é frequente, dada a dificuldade de encontrar jovens no perfil, mas, quando isso ocorre, ela considera muito interessante para o projeto; o coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania considera que a instituição está reduzindo essa prática, por achar importante não só a padronização no processo de contratação dos profissionais como a relevância da qualificação; já o coordenador do Programa Ponte de Encontro considera que essa prática está sendo fortalecida, uma vez que esses jovens demonstram envolvimento em suas monitorias e facilitam o processo de atuação no âmbito das comunidades, conforme ilustram os seus depoimentos:

[...] na verdade não é uma situação muito corriqueira, porque nem todas as pessoas têm o perfil para trabalhar com o social. Quando a gente consegue trazer alguém que foi atendido enquanto

público-alvo para ser um profissional da instituição isso é importante, porque ele tem a visão dos meninos que já estiveram lá sendo atendidos recebendo os "cuidados", entre aspas, o atendimento do projeto. (Informação verbal)¹³.

[...] hoje nós temos absorvido bem menos jovens que foram educandos do próprio projeto, pois existe uma padronização quanto à contratação de profissionais, que é realizada pelo setor de desenvolvimento humano junto com a coordenação de gestão, em parceria com a coordenação do programa. O ex-educando não é mais contratado diretamente, pois ele pode ser absorvido por qualquer outro programa desde que tenha qualificação. (Informação verbal)¹⁴.

[...] já é o terceiro monitor da escolinha de surf que a gente contrata como educador e essa realidade vem se intensificando, porque são pessoas que se destacam em suas atividades, possuem envolvimento com a comunidade e abertura com as crianças e os adolescentes. Isso facilita o processo de compromisso, de atuação dentro da comunidade. Fica muito mais fácil pra gente trazer uma pessoa que já foi atendida pela gente, que vivenciou a história, do que de repente trazer uma pessoa com mais experiência, mas cheia de vícios. (Informação verbal)¹⁵.

Unanimemente, gestores e educadores descartaram a possibilidade das contratações serem uma política institucional, conforme observado nos depoimentos: "a contratação de quem já foi atendido não é uma política da instituição, até porque não existe um quadro de vagas para egressos do programa" (Informação verbal)¹⁶;

Não é uma política da instituição, pois a contratação não é adotada por todos os programas, vai depender de cada gestor individualmente. Inclusive tem gestores que tem medo de fazer isso (Informação verbal).¹⁷

Não consigo perceber essa prática como uma política da instituição, acho que é um processo de valorização, sem ser instituído oficialmente. (Informação verbal)¹⁸.

Gestores e educadores consideram importante a ampliação dessas contratações e não desconsideram a possibilidade de haver uma regulamentação dessa prática, como ressaltaram: "o [...] secretário da SDH¹⁹ disse pra mim: vamos adotar essa política de contratar as pessoas que já

foram atendidas?” (Informação verbal)²⁰; “podemos trabalhar na perspectiva de adotar essa prática como política, é uma ideia” (Informação verbal)²¹ e “os vários exemplos que deram certo acabaram estimulando essa prática e talvez ela possa ser transformada em política”. (Informação verbal)²¹.

Quanto à escolha dos jovens educadores, existem diferenciações entre os dois Programas. Segundo o coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania, “o jovem é avaliado pela equipe que o acompanha e convidado a participar do processo seletivo como outra pessoa qualquer”. (Informação verbal)²². Já no Programa Ponte de Encontro, o processo de escolha é baseado no destaque de cada jovem como monitor de alguma atividade do Programa e há priorização para quem reside nas áreas de vulnerabilidade social, como salientou o coordenador: “acabamos de contratar três jovens que eram monitores e que se destacaram muito; um da Barra do Ceará, um do Bom Jardim e outro do Oitão Preto”²³.

Acredita-se que a diferença no processo de escolha está relacionada ao objetivo de atuação de cada Programa. No Crescer com Arte e Cidadania prioriza-se a técnica e os méritos da pessoa que será contratada tendo em vista a perspectiva de profissionalização, ainda que não assumida propriamente. Importante salientar que, para os gestores, independentemente da função, é imprescindível que o jovem que será contratado tenha tido, além de alguma habilidade, comprometimento na sua experiência de educando, entendido como assiduidade, participação ativa, entre outros.

Os próprios educadores também reconhecem tais aspectos como preponderantes para as suas contratações, conforme os depoimentos:

Com esse tempo que eu passei lá no projeto eu sempre fui um dos mais dedicados. Sempre que rolava atividades fora, rolava um debate, eu estava participando. Também me destaquei no desenho. (Informação verbal).²⁴

Tive uma participação muito ativa no projeto, uma consciência muito crítica e também o desenvolvimento artístico. (Informação verbal)²⁵.

Quanto à habilidade e à aptidão artística serem condições necessárias à contratação dos jovens educadores sociais, percebe-se contradições entre as falas dos gestores e o que de fato é praticado. Salientaram os coordenadores: “a habilidade esportiva ou artística não são condição para a contratação no Programa” (Informação verbal)²⁶;

Não priorizamos a contratação de quem possui habilidades artísticas ou esportivas, mas alguns educadores

possuem e vão colaborar com o processo metodológico e de intervenção. (Informação verbal)²⁷.

No primeiro programa (Crescer com Arte), a contratação do arte-educador necessariamente está relacionada a tais habilidades, e, em ambos os programas, embora a contratação dos educadores sociais não esteja vinculada às habilidades, todos os jovens deste estudo, contratados como educadores sociais, possuem alguma aptidão artística ou esportiva. Tal realidade remete à ideia de intensificação do trabalho, ou seja, exploração da força do trabalho tido como polivalente, abordado mais adiante.

Em relação às potencialidades e limites da prática educativa, desenvolvida pelos jovens educadores sociais no âmbito institucional, os gestores destacaram como potencialidades: (i) a socialização de suas experiências junto às crianças e os adolescentes atendidos; (ii) a facilidade de inserção comunitária e (iii) o compromisso com a transformação da situação de vulnerabilidade.

Esse último aspecto carrega contradições, uma vez que o fato de vivenciar situações de vulnerabilidade social é considerado um limite à atuação desses jovens, como salientou o coordenador do Programa Ponte de Encontro:

Esses jovens muitas vezes vêm de situações complicadas, muitas vezes estavam em situação de vulnerabilidade e essa situação não se supera quando ele é contratado. (Informação verbal)²⁸.

No depoimento acima também é possível identificar a fragilidade da proposta institucional em promover a transformação da situação de vulnerabilidade e melhoria na qualidade de vida, já que os poucos que conseguem certo destaque, ainda assim, não conseguem alterar suas condições de vulnerabilidade. O próprio documento que versa acerca da proposta de atuação do Programa Ponte de Encontro reconhece tal fragilidade ao afirmar:

[...] tendo consciência desse contexto e do enorme desafio a ser enfrentado, não podemos ser prepotentes em apontar soluções imediatas, contudo não seria possível nos omitirmos de nossas obrigações em fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente. (FORTALEZA, 2010, p. 2).

Ainda como limites da prática educativa desenvolvida pelos jovens educadores, os gestores destacaram: (i) a fragilidade na educação escolar, que compromete a eficácia nas ações mais formais exigidas, como a elaboração de relatórios e (ii) a dificuldade na condução de grupos, por não se perceberem na condição de educadores.

Para os gestores, a primeira limitação pode ser identificada pelo fato da contratação se efetivar ainda que o profissional não tenha concluído o ensino médio, e pela resistência deste em registrar e planejar antecipadamente as suas ações, assim como em responder às solicitações das coordenações dos Programas. Particularmente, identifica-se essa fragilidade pelo vocabulário e conotação das ideias apreendidas nas entrevistas, bem como pelo contato com o parco material produzido pelos jovens educadores no período deste estudo, como planos de aula, respostas de questionários sobre interesse de formações, entre outros. Se percebida, ainda assim, essa limitação não foi verbalizada pelos educadores.

Quanto à segunda limitação, identificada pelo coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania, a justificativa mais parece um desejo de silenciar uma postura crítica do que uma real limitação, conforme expresso no depoimento:

[...] ao invés de contribuir para a organização da oficina, ele está junto na discussão. Se os meninos se reúnem para fazer uma manifestação contrária, pela falta de material, digamos, ele não tenta mediar a situação, ele é tão incisivo, ele entra no embate no ritmo dos meninos. (Informação verbal)²⁹.

Nesse depoimento, o coordenador critica o fato de o jovem educador não saber mediar conflitos, uma vez que ele entra no embate junto com o adolescente para reivindicar melhores condições de trabalho e qualidade das atividades. Ou seja, uma postura crítica do educador social e não simplesmente uma limitação, haja vista, também, a complexa tarefa de mediação de conflitos.

Sobre a possibilidade da existência de algum tipo de processo de transição dos jovens educadores que já foram atendidos no próprio projeto e/ou algum acompanhamento diferenciado para os que são oriundos de outras instituições, os dois coordenadores afirmaram não existir, mas que, para os jovens que são contratados sem o ensino médio completo, a sua permanência na Instituição é condicionada à conclusão.

Também foi relatado que não existe diferenciação nos processos de formação. Esses são caracterizados por encontros realizados no âmbito institucional e/ou promovidos por instituições que compõem a rede de proteção às crianças e adolescentes, onde são discutidas as temáticas pertinentes ao fazer profissional, conforme salientou o coordenador do Programa Ponte de Encontro:

[...] temos um processo de formação permanente. Toda segunda-feira nos reunimos com todos os profissionais da unidade e discutimos temas ligados à realidade do trabalho, como o sistema

de garantia de direitos, a rede que a gente pode encaminhar, passando por ética, por várias temáticas que dizem respeito ao cotidiano do educador. (Informação verbal)³⁰.

Essa realidade foi identificada como um fenômeno comum das instituições que trabalham com a categoria do educador social, conforme afirmou Caliman (2011, p. 238): “a formação dos educadores sociais se dá em geral através de reuniões periódicas de revisão e avaliação da prática sociopedagógica cotidiana”.

Nesse sentido, existe valorização da ação prática nos momentos de formação institucional, identificada no discurso: “toda ação educativa deve privilegiar a prática como norteadora da reflexão”. (FORTALEZA, 2010, p. 3) e no relato:

A formação do educador social seria a rua mesmo; formação por formação na escola você já tem; acho que a Educação Social é um trabalho mais sensível, é mais o olhar mesmo, a magia daquele momento e sentir o próximo. (Informação verbal)³¹.

Sobre a valorização do saber prático, percebe-se, pelos depoimentos, a priorização do conhecimento prático e sua identificação como fator preponderante na conquista de suas posições atuais, como salientou o educador F:

A escola formal não influenciou em nada para a atividade que hoje exerço. O que influenciou foram as minhas vivências práticas. Hoje estou como arte-educador, graças às vivências práticas. (Informação verbal)³².

A questão surge como reflexão importante sobre a perspectiva da educação formal e informal como contraditórias, no âmbito das políticas públicas de juventude. Em que medida uma é mais importante do que a outra? Se os educadores revelam valorizar a Educação Social como informal, em detrimento da escolar, não estariam também alimentando a informalidade de sua profissão? Como atender as demandas de profissionalização dos jovens na contemporaneidade?

Sabe-se que a concepção moderna de juventude tornou a escolaridade uma etapa importante para a passagem da maturidade. Idealmente o atraso dos jovens ao mundo do trabalho garantiria melhor essa transição. Contudo, muitos jovens de famílias pobres deixam a escola para trabalhar no mercado informal prematura e precariamente em busca de emancipação financeira, acesso a bens de consumo e de lazer, ou, até mesmo, para garantir o sustento da família. Os jovens sabem que ter certificado escolar é importante, mas isso não lhes

garante a inserção no mercado de trabalho. Por isso há a necessidade de construir uma nova cultura com relação ao trabalho, o que leva a necessidade de criar programas governamentais que garantam a iniciação e inserção na vida produtiva.

Nesse contexto é que o sistema educacional, diante das contradições e demandas do mundo do trabalho no sistema neoliberal, tem como tarefa construir práticas diferenciadas de formação escolar voltada para o conhecimento, para a qualificação profissional e acesso ao mercado de trabalho aos jovens, de modo que haja inclusão destes na vida social.

Segundo Regina Novaes (1998, p. 5), fundamental é um novo casamento entre educação e qualificação profissional, o que pressupõe não só conhecimentos técnicos, pragmatismo,

Equipamentos e recursos humanos, mas também uma nova perspectiva de cooperação interdisciplinar, voltada para o desenvolvimento de saberes, conhecimentos, competências e valores de solidariedade e cooperação condizentes com as exigências do século XXI.

Neste sentido, esta análise volta a questionar o caráter paradoxal das políticas públicas, entre a manutenção política e o favorecimento das demandas públicas.

Contraditoriamente, alguns educadores sociais percebem certa relevância ao saber formal, mesmo ainda, sob forte apreciação do que é informal. Sobre os fatores que contribuíram para se tornar um educador social, o educador F inicialmente não dá importância ao saber teórico, mas em seguida reconhece a pesquisa e o aprofundamento sobre a linguagem artística que desenvolve como importantes para alcançar a sua posição atual, conforme se apresenta no relato:

Primeiramente a minha vivência com a construção civil, que me despertou a sensibilidade para as artes visuais e as minhas vivências no projeto, depois eu me apropriei e despertei o interesse em pesquisar e me aprofundar sobre essa linguagem. (Informação verbal)³³.

A pesquisa e o aprofundamento teórico, denominados neste trabalho de teorização da prática, são incipientes na Coordenadoria-Funci. Apesar do Programa Crescer com Arte e Cidadania desenvolver um momento de nivelamento junto aos profissionais, voltado às linguagens artísticas desenvolvidas e às discussões temáticas, pouca coisa é registrada e quase nada produzida e transformada em textos e material de consulta. O aperfeiçoamento real das técnicas, o aprofundamento teórico, a formação técnica ou acadêmica é de inteira responsabilidade

do educador social, ainda que não disponha de um salário que possa lhe propiciar tais garantias.

No Programa Ponte de Encontro, diferentemente, as limitações e fragilidades nas atuações profissionais são toleradas e até aceitas, levando-se em consideração que a Instituição ainda tem um caminho de acertos pela frente, já que é uma escola de Educação Social onde os profissionais aprendem na prática, conforme salientou o coordenador do programa:

A Funci acaba sendo uma escola de Educação Social em Fortaleza, porque você não tem isso formalmente instituído. Inclusive tem um movimento de trazer uma escola de Educação Social para Fortaleza, através da equipe interinstitucional. (Informação verbal)³⁴.

Em relação à regulamentação da profissão, apenas um educador social afirmou categoricamente não conhecer o debate. Os demais relataram ser importante o reconhecimento da categoria, embora não tenham demonstrado propriedade perante a discussão, como salientou o educador G: “escuto falar sobre a regulamentação, considero importante, mas confesso que não conheço o debate profundamente”. (Informação verbal)³⁵.

Os educadores sociais que afirmaram conhecer tal debate sabem que ele está ocorrendo, mas desconhecem as suas argumentações e consideram como fator decisivo para a paralisia da discussão o não engajamento no sindicato dos educadores, conforme se observa no depoimento:

O que eu sei sobre a regulamentação é por cima, justamente por essa ausência de estar no sindicato. Sem hipocrisia ou ignorância, eu não vou para uma reunião que vai ter três pessoas, onde existem quase oitenta educadores na instituição. (Informação verbal)³⁶.

Importante salientar que nenhum dos educadores sociais desse estudo participa ativamente do sindicato e da associação dos educadores do Estado do Ceará. A maioria só tem conhecimento sobre o sindicato quando vem deduzida a contribuição sindical no contracheque.

A regulamentação da profissão, pela não apropriação das discussões, ainda parece muito confusa para os jovens educadores sociais. Em seus depoimentos, encontra-se: menção à necessidade de valorização salarial e melhoria na estrutura do trabalho, como afirmou o educador E: “a regulamentação tocará na questão da valorização do salário, pela estrutura do trabalho” (Informação verbal)³⁷; referência à valorização subjetiva da atuação, como salientou o educador H:

Essa regulamentação é precisa para

valorizar mais o educador social, não é querendo falar, mas a gente faz praticamente a mesma coisa que esse pessoal que tem faculdade, só porque tem diploma são mais valorizados. (Informação verbal)³⁸.

Foi justamente a discussão sobre a necessidade ou não de uma formação superior em Educação Social que gerou mais polêmica e posicionamentos divergentes. Os educadores sociais que já possuem formação superior completa ou em andamento, com exceção da educadora L, são categóricos em afirmar a necessidade de uma formação específica e condicionada para a atuação profissional, conforme identificado nos depoimentos:

[...] acredito que o educador social deve passar por uma formação superior, para que seja reconhecido e valorizado como profissional, como acontece com outras profissões. Só a partir disso as pessoas vão ter outro olhar para a Educação Social também. No dia a dia o educador social tem feito a diferença na vida das pessoas, portanto a ideia da Educação Social como profissão é primordial para um processo político de reconhecimento da categoria, de reconhecimento das suas ações. (Informação verbal)³⁹;

[...] o educador social precisa ter um processo de formação sim, porque você está trabalhando diretamente com crianças, que estão em processo de crescimento, de descoberta e você é referência. O educador social tem que ter um processo de formação de graduação, mas também uma formação humana, para quebrar essa visão preconceituosa que muitos têm. Por isso eu digo que não é qualquer pessoa que você coloca ali para estar à frente de uma oficina. O educador social é responsável por vidas e isso não é tão simples. Acho que a formação é de suma importância. (Informação verbal)⁴⁰;

[...] apesar de estar fluindo nessa discussão, acho que o sonho de todo educador é ter sua profissão reconhecida como uma categoria que desenvolve uma função importantíssima na instituição. E para isso acontecer, vejo que o curso de nível superior em Educação Social tem que ser inserido no nosso contexto, pois essa área está cada vez mais complexa e precisamos de um conhecimento teórico específico, pois só a prática não está trazendo eficiência para o trabalho. (Informação verbal)⁴¹.

Este último depoimento traz a importância da

teorização da prática profissional, pois como o próprio educador salienta: "só a prática não está trazendo eficiência para o trabalho". (Informação verbal)⁴².

Os educadores de nível médio possuem mais dissensos quanto à questão, mas consideram importante a existência de uma formação, seja superior, de extensão, especialização, como alternativas opcionais, mas jamais como condição obrigatória para inserção na atividade profissional, conforme os relatos:

[...] eu acho que a profissão deve ser regulamentada, mas não sei se a obrigatoriedade de ter o nível superior seria o grande diferencial, porque quando se trabalha com seres humanos, quando se trabalha com gente tudo pode acontecer. Você vai passar dois, três, quatro anos numa cadeira estudando, tendo a parte teórica, mas quando você for para a ponta, cada caso é um caso. Sei lá, a vida é quem mais te ensina. E na Funci tem grandes exemplos desse tipo, pessoas autodidatas e que exercem um trabalho fantástico, são ótimos profissionais sem ter a faculdade. Todo o contexto deve ser levado em consideração, não só o diploma. (Informação verbal)⁴³;

[...] acho importante essa formação acadêmica, mas não sei se ela seria necessária para o engajamento de um profissional na instituição. Como já foi salientado, existem pessoas autodidatas que fazem um trabalho igual ou até melhor do que aquelas que vivenciaram um processo teórico. A exigência do diploma excluirá pessoas capacitadas, mesmo que não tenham o nível superior. Espero que a valorização da profissão não aconteça condicionada a uma formação acadêmica, mas que essa formação seja opcional, ao tempo de cada um. (Informação verbal)⁴⁴;

[...] eu acho extremamente importante a regulamentação da profissão, para valorizar a categoria, mas isso deve ser feito com todo cuidado, para não perder o caráter popular da atuação. Acho que deve existir um curso de especialização, mas também acho muito complicado exigir essa participação como requisito de contratação, porque senão a gente cai na contradição de exigir um diploma para executar a atividade. A qualificação é uma necessidade nossa, de melhorar a nossa atuação, mas não deve ser encarada como uma exigência mercadológica, para não perder o popular e o nosso jeito de atuar. O diploma não deve ser crucial na contratação de um educador social. (Informação verbal)⁴⁵.

Como demonstraram os depoimentos, a questão necessita de mais debates, argumentações e decisões, no mínimo cuidadosas, para não excluir do mercado de trabalho inúmeros trabalhadores, preocupação principal dos educadores sociais que são contrários à exigência de uma formação superior como condição necessária à inserção na atividade profissional.

Nessa questão da regulamentação da profissão, percebe-se a destrutiva separação entre os profissionais “qualificados”, que já alcançaram ou estão prestes a alcançar um patamar mais elevado na concorrência desleal do mercado de trabalho, e os que buscam se manter nesse posto, ainda que não estejam caminhando rumo às exigências desse mercado. No entanto, todos eles – “qualificados ou desqualificados” – vivenciam a “contraditória processualidade do trabalho, que emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza”. (ANTUNES, 2009, p. 12).

O pensamento de Antunes (2009), ainda que utilizado para ilustrar as novas formas de intensificação do processo de trabalho produtivo, serve para ilustrar a realidade dos jovens educadores sociais da Coordenadoria-Funci, que prega o discurso do “envolvimento participativo” dos trabalhadores, salientado por Antunes (2009, p. 54), como uma “participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado”.

Tanto os gestores como os jovens educadores não relacionaram diretamente em suas falas possíveis características relacionadas à intensificação das condições de exploração da força de trabalho, mas é possível identificar, nas entrelinhas dos depoimentos e ao longo das observações no âmbito institucional, tais características que podem ser ilustradas da seguinte forma: (i) na redução dos postos de trabalho, já que um único profissional pode desenvolver as mais variadas funções e substituir outro que está de férias, somando à nova atividade as suas funções, como relatado pela educadora J: “se um dia falta um educador de determinada atividade, temos que estar prontos e dispostos a assumi-la nesse dia” (Informação verbal)⁴⁶; (ii) na desregulamentação dos direitos do trabalho, presente nas inúmeras trocas de empresa de terceirização, como salientou o educador E: “vejo como negativo na Funci o troca-troca de prestadoras de serviços” (Informação verbal)⁴⁷. Essa realidade muitas vezes obriga os trabalhadores a abrirem mão de seus direitos trabalhistas, para garantirem suas permanências na Instituição, tendo como meio de defesa um “sindicalismo de empresa”⁴⁸; (iii) na precarização do trabalho, considerada passível de transformação graças à competência individual de cada profissional, que deve ser criativo, propositivo e garantir, em virtude dos seus poderes de mobilização e articulação com outras instituições, condições estruturais de trabalho sem depender do

que deveria ser obrigação da instituição em garantir-lhes, como ressaltou o educador I:

Trabalhar na Funci é tirar leite de pedra. Não temos estrutura adequada e dependemos da boa vontade das mães e das associações do bairro que nos cedem espaço. (Informação verbal).⁴⁹

(iv) na terceirização da força de trabalho e na absorção de profissionais para fins políticos de governabilidade, salientadas no depoimento da educadora J:

Deveria existir concurso público ou ao menos a garantia de uma seleção pública por edital, para evitar as indicações políticas, que muitas vezes não entram na Funci com disposição de trabalho. (Informação verbal)⁵⁰.

Enfim, compreende-se, nesta análise, que a excessiva terceirização é uma prática ilegal, visto que a função de educador social configura-se em uma atividade fim da instituição, e a indicação política para a ocupação de postos de trabalho é, além de ilegal, um amplo desrespeito aos princípios da Administração Pública.

Considera-se que os jovens educadores sociais estão inseridos em um contexto instável e precário de trabalho, onde vigora a “boa” vontade e o compromisso de cada um como fatores primordiais na efetivação dos objetivos institucionais. E a exigência de um profissional polivalente e propositivo, desamparado das condições estruturais mínimas de trabalho, coaduna para a evidente intensificação/exploração do trabalho desses sujeitos, ainda que eles não percebam essa realidade, caracterizada por Antunes (2009) como inibição do afloramento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade à disposição do capital.

4 CONCLUSÃO

Considera-se que as percepções dos jovens educadores sociais sobre a profissionalização e as condições de seu trabalho relacionam-se, pelo menos, a três motivações subjetivas e objetivas: pensamento em suas sobrevivências objetivas, ter um emprego; lembrança da própria condição anterior de vulnerabilidade social; e absorção de sua força de trabalho pela instituição pública da qual agora fazem parte na condição de responsáveis por ações demandadas pela política de Educação Social direcionada a crianças e adolescentes. Tais percepções são frutos da paradoxal situação das políticas públicas e seu caráter de institucionalização de práticas pragmáticas e consensuais em benefício da própria governabilidade, como já refletido neste artigo.

Neste sentido, há um consenso social no que

se refere à construção da profissão e às condições de trabalho, na medida em que os educadores sociais nem sempre se percebem como trabalhadores explorados, que vivenciam a precarização do trabalho. Por outro lado, suas percepções, também se mostram, em alguns casos, impregnadas pelos conflitos sociais inerentes às suas atividades profissionais, como foi possível observar em alguns relatos críticos.

Com efeito, eles vivenciam a dupla dimensão político-pedagógica e político-institucional de suas funções no cotidiano, algumas vezes, valorizadas, outras vezes, meramente absorvidas como força de trabalho, sobrepondo-se a manutenção do modo de fazer da política institucional e não o potencial juvenil voltado para mudanças efetivas na vida de crianças e adolescentes em situação de rua e de outras problemáticas sociais.

A Coordenadoria-Funci acaba criando uma política que transfere a responsabilidade do sucesso das ações para os educadores sociais, na medida em que devem ser vocacionados para o trabalho social, comprometidos, polivalentes, criativos e militantes. Desta forma, observa-se que a referida instituição tem demandado pouca atenção às difíceis condições estruturais de trabalho, à formação profissional continuada e aos baixos salários, uma vez que têm desconsiderado o caráter profissional e elevado às características militantes e de voluntariado.

As concepções do trabalho social como missões vocacional-religiosa, de militância-política e, mesmo técnico-profissional, que partem dos próprios jovens educadores sociais, acabam corroborando com os discursos institucionais e, consequentemente, com a não valorização profissional em termos objetivos, como melhoria salarial e estrutural de trabalho. Esta conotação é arregimentada ainda mais pela posse de capital simbólico que os educadores vêm adquirindo, caracterizado pelo sentimento de valorização e aceitação social por parte da família e da comunidade. Eles agora são referência onde vivem, por estarem inseridos no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, por contribuírem com a transformação e mudança de seus territórios, além de serem reconhecidos como parceiros de trabalho pelos demais profissionais da Instituição, e não mais como educandos, agora estão “entre iguais”.

No que se refere às contratações dos jovens educadores sociais, por parte da Coordenadoria-Funci, considera-se que não se revelam como parte da política da Instituição.

Para alguns gestores e jovens educadores sociais que já foram educandos, é por meio deles – jovens educadores – que é possível alcançar maior aproximação comunitária e junto às crianças e adolescentes, em decorrência da socialização de suas experiências junto a este público. O quesito – já ter sido atendido em um projeto social – pode ser considerado de relevância, no momento da

contratação, mas não se configura como critério institucional, ao lado de outros fatores como formação e experiências profissionais em trabalho comunitário.

Todas as atividades desenvolvidas são bem vindas em seu caráter criativo, artístico e pedagógico, mas não se configuraram, ainda, como atividades profissionais apropriadas efetivamente pela política pública. Outra percepção dos educadores sociais, que contribui para manter as contratações desta forma, refere-se à regulamentação da profissão de educador social. Demonstraram desconhecimento, embora reconhecendo que pode trazer benefícios, como melhoria dos salários, das condições de trabalho e concurso público.

Enfim, nos moldes como hoje se configura a Educação Social na Coordenadoria-Funci, em relação ao fazer profissional dos educadores sociais, sobretudo os jovens educadores sociais desse estudo, observa-se que, embora vigorando certa liberdade de trabalho “quase voluntário”, é pouca a autonomia profissional, pois as práticas pedagógicas são pautadas ao sabor das determinações dos gestores, do tema de discussão que está em voga, e do produto final que talvez traga uma apresentação artística exigida de última hora para ilustrar uma pseudo participação de crianças e adolescentes.

Resulta destas constatações, mais uma vez, a desvalorização objetiva do trabalho que se esconde sob a ideia de valorização daquele que já foi educando, uma espécie de marketing institucional, ganhando reconhecimento externo a partir da estratégia de utilização da força de trabalho juvenil. Assim, tal realidade leva à conclusão de que a Instituição desconhece o papel dos educadores sociais, em especial, os que já foram atendidos em projetos sociais e que estes ainda não adentraram no processo de identificação profissional do educador social. Parecem que ainda estão aprendendo na “escola da vida”, perpetuando a imagem da ajuda voluntária, da dádiva, e se distanciando dos reais objetivos da Educação Social – a efetivação de direitos e a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). Políticas públicas juventude em pauta, São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARAÚJO, E. O teatro dos vícios: transgressão e

transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

CALIMAN, G. Pedagogia social: contribuições para a evolução de um conceito. In: SILVA, R. et. al. Pedagogia social: contribuições para uma teoria geral da educação social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

FORTALEZA. Projeto Político Pedagógico: Programa Ponte de Encontro. Fortaleza: SDH, 2010. 16 p.

GOHN, M. G. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, M. F. Formação do educador social e proposição de um perfil de intelectual orgânico. In: GARRIDO, N. C. et. al. Desafios e perspectivas da educação social: um mosaico em construção. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

MARX, K. A chamada acumulação primitiva. In: O capital: crítica da economia política. Livro I – O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 9. ed. São Paulo: DIFEL, 1984. v. 2.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. 1998. Disponível no site: <<http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a38-rnovaes.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2012.

ROMANS, M.; PETRUS, A.; TRILLA, J. Profissão: educador social. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SPINK, M. J. P.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 2000.

Notas

¹ O Programa Crescer com Arte e Cidadania se propõe atender crianças e adolescentes (de 7 a 17 anos) com a finalidade de desenvolver ações que estimulem o exercício da cidadania, o reconhecimento da identidade, o sentimento de pertença, despertando a consciência dos direitos humanos através de oficinas de arte-educação, de acordo com o que rege seu projeto pedagógico. O Programa Ponte de Encontro projeta ações diretas com crianças e adolescentes em situação de rua e abrigo. Tem seu funcionamento

dividido em três eixos: educação social de rua, casa de passagem e acolhimento institucional.

² Nomeamos cada educador social com uma letra do alfabeto no sentido de resguardar seus nomes e mostrar diferentes depoimentos que representam as concepções semelhantes e divergentes entre os entrevistados para a construção de sentidos sobre a educação e o trabalho social. Já os gestores são nomeados por seus cargos na instituição.

³ Dados retirados da entrevista realizada com Educador G.

⁴ Dados retirados da entrevista realizada com Educadora L.

⁵ A educadora referiu-se a um pronunciamento do governador do Estado do Ceará (Cid Gomes) quando estava em negociação salarial com a categoria de professores da educação básica em greve no período entre agosto e novembro de 2012, ao mencionar que antes de qualquer valor, o professor deveria trabalhar por amor.

⁶ Dados retirados da entrevista realizada com Educador E.

⁷ Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

⁸ Dados retirados da entrevista realizada com Educadora J.

⁹ Dados retirados da entrevista realizada com Educadora L.

¹⁰ Dados retirados da entrevista realizada com Educador B.

¹¹ Dados retirados da entrevista realizada com Educador F.

¹² Dados retirados da entrevista realizada com Educador C.

¹³ Dados retirados da entrevista realizada com Supervisora de Gestão

¹⁴ Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania.

¹⁵ Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Ponte de Encontro.

¹⁶ Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania.

¹⁷ Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Ponte de Encontro.

¹⁸ Dados retirados da entrevista realizada com Educadora J.

- 19 Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- 20 Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Ponte de Encontro.
- 21 Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania..
- 22 Dados retirados da entrevista realizada com Educador C
- 23 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 24 Bairros e comunidades da cidade de Fortaleza que possuem índices elevados de situações de vulnerabilidade social.
- 25 Dados retirados da entrevista realizada com Educador B.
- 26 Dados retirados da entrevista realizada com Educador C.
- 27 Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania.
- 28 Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Ponte de Encontro.
- 29 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 30 Dados retirados da entrevista realizada com Coordenador do Programa Crescer com Arte e Cidadania.
- 31 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa..
- 32 Dados retirados da entrevista realizada com Educador G
- 33 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 34 Dados retirados da entrevista realizada com Educador F..
- 35 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa
- 36 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 37 Dados retirados da entrevista realizada com Educador F.
- 38 Dados retirados da entrevista realizada com Educador E.
- 39 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa. A.
- 40 Dados retirados da entrevista realizada com Educador
- 41 Dados retirados da entrevista realizada com Educador E.
- 42 Dados retirados da entrevista realizada com Educador I.
- 43 Dados retirados da entrevista realizada com Educador I.
- 44 Dados retirados da entrevista realizada com Educador C.
- 45 Dados retirados da entrevista realizada com Educador F.
- 46 Dados retirados da entrevista realizada com Educador J.
- 47 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 48 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 49 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.
- 50 Dados retirados da entrevista realizada na pesquisa.

Roberta de Castro Cunha

Assistente Social
Mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: roberta.castroas@gmail.com

Rosemary de Oliveira Almeida

Socióloga
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Professora do curso de Ciências Sociais e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, da Universidade Estadual do Ceará (UECE)
E-mail: rosemary.almeida@uol.com.br

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Palácio da Abolição, Av. Barão de Studart, n. 505 - Meireles, Fortaleza – Ce
CEP: 60.120-000